

“O fortalecimento do mercado de capitais é nosso principal objetivo estratégico”

A frase é da presidente da ANBIMA, Denise Pavarina, sobre a revisão do planejamento estratégico para o triênio 2013-2015, que definiu as prioridades que orientarão as atividades da Associação neste ano.

De acordo com Denise, em 2015 a principal bandeira da ANBIMA continuará sendo o fortalecimento do mercado de capitais. “Todas as nossas prioridades estratégicas, de maneira direta ou indireta, giram em torno deste propósito maior”,

afirma sobre a atualização do planejamento estratégico para o triênio 2013-2015, realizada em dezembro em workshop com a Diretoria.

“Anualmente nos reunimos para

reavaliar nosso planejamento.

No entanto, nossa razão de existir sempre será a mesma: ajudar o mercado a se tornar mais robusto, seguro, transparente, ao mesmo tempo em que discutimos e idealizamos iniciativas que possam auxiliá-lo a crescer também em volume, gerando mais negócios”, conclui.

José Carlos Doherty, superintendente geral, lembra que este é o último ano do planejamento desenhado para o triênio.

“Registramos avanços e a pesquisa de satisfação que fizemos com os associados mostra isso. A evolução é perceptível para o mercado”, afirma (veja mais detalhes da pesquisa no informativo de dezembro). Para Doherty, “esse encontro anual é o momento de olhar nossas metas e avaliar eventuais ajustes de acordo com as mudanças que aconteceram no mercado”. ►

Fotos: Danilo Quadros



Para Denise Pavarina, todas as metas giram em torno do fortalecimento do mercado de capitais



Mais de 30 membros da Diretoria, presidentes dos comitês e coordenadores de subcomitês participaram do workshop realizado em dezembro



José Carlos Doherty afirma que o planejamento é o momento de olhar as metas e avaliar os eventuais ajustes de acordo com as mudanças do mercado

Para 2015, foram mantidas as prioridades estratégicas, com ajustes pontuais. São elas:

- Fortalecer o mercado de capitais no Brasil;
- Promover o aperfeiçoamento tributário nos mercados financeiro e de capitais;
- Fortalecer a representação e a coordenação dos interesses dos associados local e internacionalmente;
- Promover a educação financeira.

A presidente chama atenção para a prioridade relacionada à educação financeira. “Educação é um pilar essencial. Temos

que equipar os profissionais para que eles sejam capazes de ajudar os clientes a investir de forma adequada, lidando com mais risco e prazos mais longos”, diz.

“Foi o último ano deste ciclo de planejamento. Em 2015 vamos começar uma reflexão de ainda mais longo prazo. Queremos mapear os desafios do mercado, de forma a nos preparar para seguir apoiando seu desenvolvimento e, conseqüentemente, o crescimento das oportunidades de negócios para os associados”, explica Denise. “Demos, provisoriamente, o nome de ‘ANBIMA 2020’ para esse projeto”, completa. (Veja quadro na página 4.)

Confira nas próximas páginas as prioridades para 2015 e as ações previstas.

Fortalecer o mercado de capitais no Brasil

• Aumento da base de emissores e aprimoramentos dos instrumentos e processo de ofertas

Para colaborar com o aperfeiçoamento do mercado, a Diretoria da ANBIMA encaminhou, em 2014, diversas propostas para audiências públicas da CVM. Uma delas é a sugestão de flexibilização das regras das ofertas, tratadas nas Instruções nºs 400, 476 e 480. A oferta pública de COE (Certificado de Operações Estruturadas) e a melhoria no processo de aprovação das operações emitidas via Lei nº 12.431, que incentiva a aquisição



de títulos de longo prazo, também integram a pauta de propostas da Associação.

• Aumento da transparência e liquidez do mercado secundário de renda fixa

O trabalho de padronização das escrituras de debêntures entrará em fase final. O objetivo é facilitar a compreensão das características do ativo e a sua precificação, melhorando as condições para negociação no mercado secundário. Além disso, a revisão da governança e dos processos de precificação e cálculo dos índices da ANBIMA será concluída. Trata-se de um amplo projeto para adequar as práticas da Associação aos princípios estabelecidos pela Iosco (Organização Internacional das Comissões de valores).

O diálogo com o Banco Central será focado em temas como a intermediação financeira aos derivativos de crédito e instrumentos de liquidez, tema de pleitos da Associação.

• Ampliação da base de investidores

Ao longo de 2015 três novas regras entrarão em vigor: a Instrução CVM nº 555, que passa a regular a indústria de fundos, a Instrução CVM nº 554, que trouxe novos critérios para qualificação do investidor, e a Instrução CVM nº 472, que regula os fundos imobiliários. Todas elas contaram com contribuições enviadas pela Associação e o processo de implementação será acompanhado pela Diretoria, comitês e corpo executivo. A classificação de fundos da ANBIMA, que está em discussão desde 2012, também será implementada.

Promover o aperfeiçoamento tributário nos mercados financeiro e de capitais

• Aprimoramento das regras tributárias e maior efetividade na articulação da pauta tributária

O aperfeiçoamento do regime tributário, com foco na simplificação das regras e redução das assimetrias, permanece na pauta estratégica. O objetivo é contribuir para a eliminação do tratamento tributário diferenciado entre



produtos de investimento similares. Paralelamente, a ANBIMA irá acompanhar o andamento de pleitos já enviados ao governo, como por exemplo a extinção da antecipação semestral da tributação dos fundos ("come-cotas"). Outro pleito em discussão é a sugestão para criação

de um fundo isento misto, composto por ativos isentos de imposto de renda, voltado a pessoas físicas.

Promover a educação financeira

• Geração e disponibilização de conhecimento sobre o investidor para associados

Um projeto intitulado provisoriamente de "Central de Informações sobre o Investidor Brasileiro" começará a ser implementado. Trata-se de uma plataforma que consolidará dados, estudos e pesquisas sobre as pessoas que investem e seus hábitos. Os encontros "Agenda Aberta", que reúnem especialistas em educação financeira para debater as iniciativas da Associação, passarão a contar com a participação de investidores e de profissionais do mercado. Também serão realizados workshops sobre o comportamento dos investidores, destinados aos profissionais das áreas comerciais.



• Ampliação da educação financeira por meio de parcerias

Com duas turmas realizadas em 2014, o curso "Planeje sua Liberdade", que teve suas primeiras edições realizadas em parceria com a FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), será expandido para outras universidades. A iniciativa faz parte do projeto "Como Investir em Você" e, por meio de um curso online, busca estimular os jovens a refletir sobre a utilização de seu dinheiro e incentivar a mudança de comportamento.

• Elevação do padrão de qualificação dos profissionais certificados

Terá início um trabalho para avaliar se as certificações estão alinhadas às necessidades do mercado e dos clientes das instituições, incluindo uma avaliação sobre os conteúdos

Entenda o processo de planejamento estratégico

Todo ano, a Diretoria se reúne para revisar as prioridades estratégicas traçadas para o ano em um evento chamado Workshop de Diretoria. Trata-se da última etapa do planejamento estratégico, que começa dois meses antes.

Conheça as etapas deste processo:

Setembro

Início da avaliação das iniciativas em andamento pela equipe interna.

Outubro

Realização de cafés da manhã com diretores e presidentes de comitês.

Novembro

Pesquisa de satisfação com associados e entrevistas externas com membros do governo.

Dezembro

Realização de Workshop de Diretoria, onde são definidas as prioridades para os próximos anos.

atuais dos exames. As regras de atualização das certificações também serão aperfeiçoadas. A CEA (Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA) será a primeira a passar pelo projeto-piloto.

Fortalecer a representação e a coordenação dos interesses dos associados local e internacionalmente

• Fortalecimento do relacionamento entre os comitês, entidades de mercado e governo

Os relacionamentos institucionais mantidos com entidades de mercado e órgãos do governo serão avaliados. O objetivo é alinhar as agendas assuntos em comum entre a Associação e as demais entidades e verificar se os esforços alocados para essas iniciativas estão adequados.



• Melhoria da comunicação da ANBIMA com os diversos públicos

O plano de comunicação será revisto para ampliar a percepção de valor das iniciativas da Associação pelos seus públicos de relacionamento, como associados, entidades de mercado, imprensa e outros. No ano, também será lançada a primeira versão do Sistema de Supervisão de

Mercados, ambiente online que tem o objetivo de melhorar a interação com as instituições participantes dos códigos de autorregulação e permitirá, entre outros recursos, o envio de documentos e recebimento de comunicados da supervisão.

• Maior interação com organismos internacionais para avaliação das tendências e impactos regulatórios sobre o mercado doméstico

Uma das novidades é a participação nas consultas dos órgãos internacionais. A Associação já acompanha as discussões, para compartilhar experiências e se antecipar às mudanças internacionais, e agora também enviará propostas, como acontece no mercado doméstico. A internacionalização passará a ser um assunto em pauta nos comitês de Representação, melhorando o acompanhamento das informações regulatórias pelos fóruns. ■

Criação de agenda para o fortalecimento do mercado de capitais

Está em discussão a construção de uma agenda para o fortalecimento do mercado de capitais no Brasil. O intuito é validar os objetivos que a ANBIMA tem para o desenvolvimento do mercado e formatar um conjunto de propostas para ser apresentado ao governo.

O documento será dividido em três temas:



- Ampliação das fontes de financiamento de longo prazo;
- Eficiência no mercado primário e liquidez no secundário;
- Busca por maior neutralidade da regulação tributária.

A previsão é que a agenda seja encaminhada ao governo ainda no primeiro trimestre.

Conheça o projeto ANBIMA 2020

Os cenários dos segmentos de mercado que a Associação representa mudarão nos próximos anos. A ANBIMA avaliará esses panoramas com o intuito de traçar o próximo planejamento estratégico. Esse processo se dará por meio de consultas ao mercado em 2015. No final do ano, serão definidos o planejamento da Associação e as estratégias das atividades de representação, autorregulação e produtos e serviços, sempre levando em consideração a sustentabilidade financeira e as necessidades dos associados.

Workshop apresenta nova regulação de fundos e detalha os parâmetros para qualificação do investidor

No dia 18 de dezembro, foi realizado, em São Paulo, um workshop com a CVM para discutir a nova regra de fundos de investimento e os novos critérios para qualificação do investidor. Os temas estiveram em audiência pública entre abril e junho, e as novas regras entram em vigor em 1º de julho de 2015.

Participaram, pela CVM, Ana Novaes, diretora, e os superintendentes Flávia Mouta e Francisco Bastos. José Carlos Doherty, superintendente geral da ANBIMA, abriu a manhã de discussões e ressaltou o envolvimento da Associação na revisão das regras. “Tivemos mais de 50 reuniões técnicas para discutir as instruções”, disse. Parte das mudanças contemplam pleitos da Associação enviados durante a audiência pública.

Qualificação do investidor

Flávia Mouta, superintendente da CVM, explicou as mudanças da Instrução nº 554, que atualiza a Instrução nº 539. A norma trouxe a redefinição do conceito de investidor qualificado: a categoria passa a considerar apenas pessoas com mais de R\$ 1 milhão em investimentos financeiros; antes o limite era R\$ 300 mil. Outra mudança é a introdução da definição de investidor profissional. Trata-se do cliente com patrimônio de mais de R\$ 10 milhões. “Entende-se que esse investidor tem um grau de conhecimento suficiente para necessitar de menos

tutela da autarquia”, explicou Flávia. Com essas mudanças, caiu a exigência de aplicação mínima em alguns produtos. A verificação de perfil será feita apenas no momento em que o investidor entrar em um novo produto.

Fundos de investimento

A diretora da CVM

Ana Novaes apresentou a nova Instrução nº 555, que substituiu a ICVM nº 409. Entre as mudanças está o aumento do percentual de aplicação dos fundos no exterior. Para aqueles destinados aos investidores de varejo subiu de 10% para 20%, e os qualificados poderão investir até 40%. Os fundos destinados aos investidores profissionais não têm limite de aplicação. Também está prevista a criação de um fundo para investidores qualificados que poderá aplicar 100% de sua carteira fora do Brasil – mantendo, no mínimo, 67% dos recursos no exterior com regras específicas.

Para facilitar o acesso de novos investidores ao segmento será criado o Fundo Simples. O produto terá sua carteira aplicada em 95% de títulos públicos ou papéis de risco soberano. Os clientes estão

dispensados da aplicação do suitability, caso seja seu primeiro investimento em valores mobiliários.

Outra novidade é o fim do prospecto. Em seu lugar, entram as comunicações eletrônicas. Uma delas será um formulário de informações complementares. “Diante da nova realidade tecnológica, não faz mais sentido o cotista pagar para receber comunicações em papel”, afirmou Ana.

O termo de adesão, no qual o cotista assina que tem ciência do risco de sua aplicação, não poderá ter mais de 5 mil caracteres, para que seja de fácil compreensão pelo investidor. A taxa de custódia passa a ser informada no regulamento e no demonstrativo de desempenho. ■

Foto: Ricardo Rollo

José Carlos Doherty, superintendente geral, ressaltou o envolvimento da Associação na discussão das instruções



PARTICIPANTES

169 **479**
presentes online



Informes de legislação

Dois novos informes detalhando as regras estão disponíveis no portal e podem ser acessados na opção Informações Técnicas > Regulação. Veja os temas:

[Informe nº 24 – Fundos de investimento](#)

[Informe nº 25 – Classificação de investidores e suitability](#)

Respostas a audiências públicas da CVM

Sugestões sobre regulações dos administradores de carteiras e de voto a distância em assembleias de companhias abertas foram encaminhadas em dezembro à autarquia.

O Comitê de Fundos enviou, no começo de dezembro, resposta à audiência pública da Instrução nº 306 da CVM.

A norma divide os administradores de valores mobiliários em duas categorias: administrador fiduciário e gestor de recursos. Cabem aos fiduciários as responsabilidades pela custódia e controladoria de ativos e passivos. A novidade é que a CVM determinou que eles só podem ser instituições financeiras: bancos múltiplos, comerciais, a Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários ou sociedades

distribuidoras de títulos e valores mobiliários. A exceção são aqueles que administram exclusivamente FIPs (Fundos de Investimento em Participações) e carteiras administradas.

Entre as sugestões estão regras de transição para as empresas que hoje são administradoras fiduciárias e não são instituições financeiras. Também foram pedidos esclarecimentos sobre a aplicação das regras para sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário e companhias hipotecárias, que não foram tratadas na minuta.

Também em dezembro, o Comitê de Serviços Qualificados encaminhou resposta à audiência pública das Instruções nºs 480 e 481, que regulamentam a participação e o voto a distância em assembleias de companhias abertas. O edital propôs a criação de um boletim de voto a distância, instrumento que permitirá que o acionista exerça seu direito de voto antes da assembleia. Ele poderá enviar o documento por meio dos prestadores de serviço que tenha relacionamento. Foram encaminhadas algumas sugestões para aprimorar o fluxo proposto. ■

Atendimento de pleitos de suitability

A CVM acatou proposta de prorrogação da vigência da Instrução nº 539 e também solicitações relacionadas aos produtos de aplicação e resgate automáticos.

A Instrução nº 539 da CVM, que trata da aplicação do suitability, entrará em vigor em 1º de julho, simultaneamente com a implantação das novas regras de qualificação do investidor. A alteração atende pleito da Associação, que teve o objetivo de equalizar os prazos de adaptação das instituições financeiras.

Outra sugestão atendida foi a adoção de um procedimento simplificado de suitability para determinados produtos de aplicação e resgate automáticos.

Com esta alteração, as instituições poderão verificar a adequação desses produtos ao perfil do cliente por meio da assinatura de termo específico, no momento de abertura da conta corrente ou mediante solicitação do cliente. A instituição também não precisará considerar os produtos automáticos no portfólio de investimentos do cliente para fins da verificação.

As sugestões abrangem apenas cotas de fundos de curto prazo e

operações compromissadas com lastro em debêntures de sociedade de arrendamento mercantil do mesmo conglomerado.

Durante o processo de elaboração da proposta, o Grupo de Trabalho Suitability realizou diversas reuniões com a CVM, entre março e agosto desse ano, que resultaram na elaboração de uma proposta encaminhada à autarquia. ■

INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

REDAÇÃO: Lucas Lucena e Paula Diniz | EDIÇÃO: Mônica Chaves

PROJETO GRÁFICO: Carlos A. Valério Jr.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: Marcelo Billi

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

PRESIDENTE: Denise Pavarina

VICE-PRESIDENTES: Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carlos Massaru Takahashi, Gustavo Adolfo Funcia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

DIRETORES: Alenir de Oliveira Romanello, Altamir Batista Mateus da Silva, Carlos Augusto Salomonde, Carolina Lacerda, Celso Scaramuzza, Jair Ribeiro da Silva Neto, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Otávio Romagnoli Mendes, Richard Ziliotto, Saša Markus, Sylvio Araújo Fleury e Vital Meira de Menezes Junior

COMITÊ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, André Mello, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculanio, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino

www.anbima.com.br

Convênio com CVM permite análise de ofertas de fundos imobiliários

As instituições participantes do Código de Fundos de Investimento agora podem encaminhar seus pedidos de registro de oferta pública de fundos imobiliários para análise prévia da ANBIMA. O procedimento faz parte de convênio firmado com a CVM em dezembro para otimizar o processo de análise.

Assinado por Leonardo Pereira, presidente da CVM, e Denise Pavarina, presidente da ANBIMA, o terceiro aditamento ao convênio existente entre as instituições possibilitará que os emissores encaminhem seu

pedido de registro de oferta pública e constituição de fundo imobiliário para verificação prévia da Associação. O objetivo é subsidiar a autarquia na avaliação da concessão do registro e da autorização da constituição do fundo imobiliário ofertado, com a elaboração de relatório acerca da adequação do pedido às normas específicas: as Instruções CVM nº 400/03 e nº 472/08.

“Já temos uma bem sucedida parceria para análise prévia de ofertas de outros produtos. Agora, com os fundos imobiliários, esperamos colaborar para

que esse segmento, que cresceu tanto nos últimos anos, possa aproveitar melhor as oportunidades de mercado”, comenta Denise.

Desde 2008, a CVM e a ANBIMA mantêm convênio para análise prévia de ofertas de debêntures, notas promissórias, follow-on de ações, certificados de depósito de ações e bônus de subscrição. Os CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e as letras financeiras foram incluídos no convênio em 2012. Desde que o convênio foi estabelecido, a ANBIMA já analisou 141 ofertas públicas. ■

Quatro projetos vencem o Prêmio de Mercado de Capitais

Na edição 2014 do Prêmio de Mercado de Capitais, foram selecionados quatro dos projetos concorrentes para receber a premiação. Na categoria doutorado, foram premiados Lira Rocha da Mota, com o projeto “Estudos do mercado de aluguel de ações no Brasil”, e Marcelo Costenaro Cavali com “Proteção penal do mercado de capitais: análise do crime de manipulação do mercado no direito brasileiro”. Cada um ganhará R\$ 30 mil. Já na categoria mestrado, os contemplados foram Glayson Rodrigues Sampaio, pela dissertação “Modelagem do comportamento forward-looking dos índices setoriais no Brasil”, e Leandro Lyra Braga, com o trabalho “Multi-stagerisk management and portfolio optimization: case study of BM&F Bovespa assets”.

“A qualidade superou nossas expectativas, por isso decidimos premiar quatro trabalhos”, conta Luiz Chrysostomo, responsável pela banca examinadora e presidente do Conselho de Ética da ANBIMA.

O perfil diferenciado dos candidatos foi um dos destaques do ano. Dos 15 trabalhos inscritos, sete são de estudantes de universidades localizadas fora do eixo RJ-SP. A diversidade nas instituições de ensino, situadas em estados como Ceará, Brasília, Pernambuco e Rio Grande do Norte, chamou a atenção dos membros da banca examinadora. Para Nelson Eizirik, “essa participação está crescendo a cada edição”. Também foi premiado um aluno de mestrado de Métodos Matemáticos em Fianças

do IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada – RJ), ampliando o leque de disciplinas contempladas, uma vez que a premiação é direcionada aos alunos de cursos de Economia, Direito e Administração.

Segundo Edmar Bacha, também membro da banca, “os temas variaram bastante, mas todos fazem parte de uma safra estimulante de projetos, da qual devem sair boas teses sobre o mercado brasileiro”.

A premiação de projetos de mestrado e doutorado é uma iniciativa em parceria com o Ipe/CdG (Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças). O objetivo é incentivar a produção acadêmica sobre o mercado de capitais brasileiro. ■

Fundos imobiliários

As instituições participantes do Código de Fundos de Investimento deverão seguir regras relacionadas à política de exercício de direito de voto dos fundos de investimento imobiliários em assembleias. De acordo com a diretriz do código, publicada em dezembro, uma das exigências será a elaboração e o registro de um manual com informações sobre a política da instituição.

As instituições têm 90 dias para registrar o manual na Associação. Sua aplicação deve acontecer no prazo de 120 dias a partir da publicação da deliberação, que já está em vigor.

IMA

Desde o dia 5 de janeiro, começaram a ser divulgadas as durations do IMA-Geral, que reflete a carteira da dívida pública, e do IMA-Geral ex-C, que espelha a mesma carteira excluindo apenas os títulos indexados ao IGP-M. Essas mudanças foram possibilitadas devido à alteração metodológica no cálculo das durations das LFTs.

A alteração impactou o cálculo da duration do IMA-S, indicador composto pelas LFTs. Antes divulgadas pelo prazo de vencimento, a duration desses títulos passou a ser medida pelo seu prazo de repactuação, um dia. O objetivo da mudança é refletir, de maneira mais fiel, as características do mercado e dos ativos que compõem as carteiras.



Private Banking

Os desafios do segmento de private e o panorama econômico do país são alguns dos temas apresentados no Texto para Discussão "Private Banking: evolução e perspectivas". A publicação discorre, também, sobre a internacionalização da gestão de carteiras de investimento e o comportamento dos investidores, abordando os fatores que influenciam suas decisões de composição de portfólio.

O conteúdo foi elaborado a partir das discussões do 5º Seminário de Private Banking, que aconteceu em setembro, e está disponível no portal. Basta acessar "Informações Técnicas" e "Estudos". Se preferir acesse pelo QR Code ao lado.



Varejo

As instituições que comercializam produtos nos segmentos varejo e varejo alta renda enviarão, a partir de julho de 2015, informações sobre o saldo e número de clientes da poupança. A previsão é que as informações passem a ser divulgadas em 2016.

"A inclusão da poupança é um passo importante para mapearmos a distribuição dos recursos destes clientes em relação aos produtos que eles consomem e à região geográfica", afirma Valéria Arêas, superintendente de Representação Técnica.

Portal

O menu do portal passou por uma inversão: os conteúdos institucionais, de informações técnicas, de autorregulação, de comitês e de produtos e serviços ganharam destaque e agora ficam à esquerda. Já os mercados representados pela Associação (fundos de investimento, finanças corporativas, distribuição, tesouraria e serviços qualificados) ficam à direita. Todas as páginas permanecem com os mesmos links.

Iniciativas 2014

As principais atividades desenvolvidas pela ANBIMA ao longo de 2014 podem ser conferidas no Relatório de Iniciativas 2014. A publicação traz textos curtos e infográficos para dar conhecimento de forma rápida de tudo que foi notícia no ano.

O relatório está dividido em três partes. Na primeira estão as iniciativas divididas por tema. A segunda, que traz os destaques das atividades dos comitês no ano, está disponível apenas no site exclusivo dos associados (www.anbima.associados.rtm). Já a terceira consolida as

principais estatísticas de supervisão de mercados e apresenta um mapa dos conselhos e comissões. A publicação está no portal em "A ANBIMA", "O que é a ANBIMA" e em "Iniciativas".

Planejamento financeiro

Pela primeira vez, dois grupos empataram em primeiro lugar no Prêmio da Jornada de Planejamento Financeiro, promovido pelo IBCPF (Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros).

A edição 2014 da jornada, que começou em setembro, envolveu mais de 70 profissionais que tinham que desenvolver um plano financeiro completo, desde o levantamento das primeiras informações do caso até a apresentação final do plano concluído.

Adesões

Em dezembro, aderiram aos Códigos de Fundos e de Certificação: a Advis, a Asia, a CCF Investimentos, a Goldring, a Joá e a L3 Gestora.